



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

JOSEFA GENÍ DE OLIVEIRA FREITAS

O DESAFIO DO PROFESSOR DE SALA COMUM COM ALUNOS ESPECIAIS

MOSSORÓ

2017

JOSEFA GENÍ DE OLIVEIRA FREITAS

O DESAFIO DO PROFESSOR DE SALA COMUM COM ALUNOS ESPECIAIS

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Orientadora: Profa. Ma. Franceliza Monteiro da Silva Dantas.

MOSSORÓ

2017

RESUMO

O DESAFIO DO PROFESSOR DE SALA COMUM COM ALUNOS ESPECIAIS

A Educação Especial ao longo da história tem passado por vários momentos, desde o preconceito e a exclusão das pessoas com necessidades especiais até a conquista de uma educação inclusiva, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, dentre outros. Assim, na promoção da inclusão de alunos com necessidades especiais em sala comum e a relevância de um acompanhamento especializado para essas crianças, que deve ser realizado em consonância com o professor de sala de aula comum, surge a importância de desenvolver um estudo pautado em investigar sobre o desafio dos professores de sala comum com alunos especiais, bem como, o apoio a eles atribuído, na perspectiva da educação inclusiva, sendo este o nosso objetivo principal. Compreender a preparação dos professores para receber em sala de aula os alunos com necessidades educacionais especiais; estabelecer uma reflexão de como se dá a inclusão de pessoas com deficiência no ensino comum; e analisar os desafios enfrentados pelos professores de sala de aula comum com pessoas que apresentam necessidades especiais, são nossos demais objetivos. Para alcançarmos tais objetivos, buscamos respaldo em Brasil (1988), (2015), Favero (2007), Biaggio (2007), Mantoan (2013), para tratar do Atendimento Educacional Especializado, educação inclusiva, e Freire (1996), Imbernón (2004), Piaget (2007) no tocante à formação docente. O presente trabalho trata de uma pesquisa de campo com caráter descritivo-interpretativo de abordagem qualitativa. Para a concretude deste, foram realizadas observações de aulas em duas escolas do município de Sousa-PB e aplicado um questionário a quatro professoras que têm em sala de aula comum alunos que necessitam de cuidados especiais. Sobre os resultados, somos levados a refletir que a inclusão vai muito além do acesso do aluno no âmbito escolar, e para que a mesma aconteça de verdade, torna-se necessário um maior apoio aos professores de sala de aula comum, pois estes ainda se sentem despreparados, em sua prática docente, no enfrentamento das diferenças cognitivas, sensoriais e físicas que interferem na aprendizagem dos alunos com deficiência; e ainda lidar com um grande número de alunos e dar a atenção merecida aos que necessitam de cuidados especiais atendendo cada especificidade, ressaltando suas habilidades, despertando assim suas potencialidades sem deixá-los à margem da exclusão, bem como estabelecer uma maior parceria entre família e escola, de modo a vir quebrar as barreiras do preconceito que, infelizmente, ainda venha a perdurar. Portanto, somos levados a refletir sobre a promoção da educação inclusiva, a preparação dos professores para receber em sala de aula os alunos com necessidades educacionais especiais, bem como os desafios enfrentados pelos professores de sala comum e o apoio a eles atribuídos, pois não há como incluir crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular sem apoio especializado que ofereça aos professores orientação e assistência.

PALAVRAS-CHAVE: INCLUSÃO; DESAFIO; PROFESSOR.

ABSTRACT

THE COMMON ROOM TEACHER'S CHALLENGE WITH SPECIAL STUDENTS

Special Education throughout history has gone through several moments, from the prejudice and exclusion of people with special needs to the achievement of an inclusive education, without prejudice of origin, race, sex, color, age, among others. Thus, in promoting the inclusion of students with special needs in common room and the relevance of a specialized accompaniment for these children, which should be carried out in consonance with the common classroom teacher, the importance of developing a study based on research On the challenge of common classroom teachers with special students, as well as the support given them from the perspective of inclusive education, which is our main objective. Understand the preparation of teachers to receive students with special educational needs in the classroom; Establish a reflection on how to include people with disabilities in common education; And analyzing the challenges faced by ordinary classroom teachers with people with special needs are our other goals. In order to reach these objectives, we seek Brasil (1988), (2015), Favero (2007), Biaggio (2007), Mantoan (2013), to address Specialized Educational Assistance, inclusive education, and Freire (1996), Imbernón (2004), Piaget (2007) about teacher education. The present work deals with a descriptive-interpretative field research with a qualitative approach. For the concretion of this, observations were made of classes in two schools of the municipality of Sousa-PB and applied a questionnaire to four teachers who have in common classroom students who need special care. On the results, we are led to reflect that the inclusion goes far beyond the student's access in the school context, and for this to happen, more support is needed for teachers in the classroom, since they are still Feel unprepared in their teaching practice in facing the cognitive, sensorial and physical differences that interfere in the learning of students with disabilities; And also to deal with a large number of students and give the attention they deserve to those who need special care in order to meet their specific needs, highlighting their abilities, thus awakening their potential without leaving them out of exclusion, as well as establishing a greater partnership between family and School, in order to come to break the barriers of prejudice that, unfortunately, will continue to endure. Therefore, we are led to reflect on the promotion of inclusive education, the preparation of teachers to receive in the classroom the students with special educational needs, as well as the challenges faced by the teachers of the common room and the support given to them, as there is no Such as including children with special educational needs in regular education without specialist support that offers teachers guidance and assistance.

KEYWORDS: INCLUSION; CHALLENGE; TEACHER.

1 INTRODUÇÃO

Desde o princípio, pessoas que necessitam de Atendimento Educacional Especializado lutam por seus direitos humanos, almejando assim sair da margem de exclusão e serem tratadas como realmente são: pessoas normais, com apenas algumas especificidades que requerem mais cuidado e atenção.

Marcos internacionais e nacionais do século XX foram grandes impulsionadores para a construção de uma escola para todos, dentre eles, a Constituição Federal brasileira de 1988, que no seu art.205, declara “a educação é um direito de todos e dever do estado e da família”. Mais adiante, no art. 208, “garante o Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A partir de 1990, com a conferência mundial de educação para todos, surgiu a defesa de uma política educacional no sentido de incluir todos os estudantes no sistema educacional regular.

Desse modo, promover a garantia do direito à educação das pessoas com deficiência e aos outros estudantes é, de fato, dar acesso às múltiplas possibilidades de aprendizagem, num processo interativo contínuo, mediante ações inclusivas. Assim, considerando os aspectos relacionados ao Atendimento Educacional Especializado, educação inclusiva e o professor de sala comum, mediante o desafio de promover uma escola para todos, requer a compreensão de uma escola que atenda, reconheça e valorize as diferenças em todos os momentos de interação e práticas educativas. Nessa perspectiva, Mantoan (2013, p. 23) afirma que:

A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.

Desse modo, ainda que existam leis capazes de assegurar que o atendimento educacional pode ser oferecido fora da rede regular de ensino, pois a mesma é considerada apenas como um complemento, ressaltamos a importância da inclusão de crianças que necessitem de Atendimento Educacional Especializado em sala de aula comum, com o intuito de promover a interação destes com as demais crianças, favorecendo assim o seu desenvolvimento social e intelectual, descobrindo por meio da observação e convívio suas habilidades cognitivo- psíquico-motoras.

Nesse contexto, percebemos que muito tem mudado com relação a políticas públicas no que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado; mesmo assim, ainda nos

deparamos com o desafio das diferenças nas escolas em sala de aula comum, principalmente no que se refere a constituírem novas lógicas de ensino. Diante disso, a formação continuada tem se configurado como uma possibilidade de pensar as demandas escolares, os processos de escolarização e formação de professores.

Dessa forma, situações práticas no âmbito da sala de aula foram capazes de nos despertar para inquietações, dentre elas, podemos destacar: O que a escola tem feito para promover a inclusão de pessoas com necessidades especiais?; Como o professor de sala comum planeja suas atividades didático-pedagógicas?; Quais as principais dificuldades do professor de sala comum em promover a inclusão?; Qual o incentivo pedagógico proposto a professores de sala regular de ensino? Diante disso, surge a necessidade de entender melhor o universo que perpassa sob o âmbito da inclusão de pessoas com necessidades especiais em sala comum, bem como a atuação do professor. Tais aspectos serviram como elementos norteadores para a realização deste trabalho.

Assim, para uma melhor consistência deste trabalho, buscamos embasamento teórico nas ideias de autores que discorrem sobre: Atendimento Educacional Especializado, educação inclusiva e, ainda, formação docente. A pesquisa foi realizada em 02(duas) escolas da rede municipal de ensino, do município de Sousa – PB, com 04 (quatro) professoras de sala de aula comum, que possuem discentes que necessitam de cuidados especiais; essa pesquisa foi realizada por meio de observação e aplicação de questionário.

Nesse sentido, temos como objetivo geral: investigar sobre o desafio dos professores de sala comum com alunos especiais, bem como o apoio a eles atribuídos, na perspectiva da educação inclusiva. Como objetivos específicos buscamos: compreender a preparação dos professores para receber em sala de aula os alunos com necessidades educativas especiais; refletir como se dá a inclusão de pessoas com deficiência no ensino comum; analisar os desafios enfrentados pelos professores de sala de aula comum com pessoas que apresentam necessidades especiais.

Ao estruturar a organização deste trabalho, iremos discriminar, por partes, como se deu a sua esquematização. Inicialmente tratamos das perspectivas teóricas de diversos autores capazes de nos fornecer informações referente à temática abordada no decorrer do trabalho, bem como a metodologia utilizada e os resultados obtidos. Na sequência, serão apresentados e discutidos, de forma sintética, os achados da pesquisa e as considerações finais respondendo aos objetivos da pesquisa.

2. BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A Educação Especial sempre foi caracterizada e diretamente influenciada por aspectos culturais, econômicos e sociais dos povos em geral, de modo que cada um tem sua forma de ver o mundo e o que está a sua volta seguindo suas próprias crenças e valores; tais elementos foram, e ainda são, capazes de marcar as raízes históricas do fenômeno da deficiência com forte rejeição, discriminação e preconceito.

Desde a antiguidade, nos períodos de guerra em que as pessoas eram escolhidas por suas características físicas, com o intuito de produzir riqueza e guerrilhar, as que divergiam do padrão, ou seja, os deficientes que não serviam para tais fins eram considerados desnecessários e abandonados para morrer. Com a inserção do cristianismo, as pessoas deficientes deixaram de ser assassinadas, mas viviam abandonadas como pedintes.

No período medieval, deficientes continuavam excluídos da sociedade, pois eram consideradas demoníacas, as escolhidas para receber os castigos divinos merecendo, às vezes, até a morte. No período que compreendeu a Inquisição (formada pelos tribunais da igreja católica, que perseguia, julgava e punia as pessoas acusadas de se desviar de suas normas de conduta), muitas vidas foram ceifadas, sobretudo das pessoas deficientes, pois eram tidas como endemoniadas e alucinadas.

No período que compreende do século XV ao XVII, se fortalece a ideia de que o grupo de pessoas com deficiência deveria ter atenção própria. Essa ideia teve grande importância para o avanço da educação especial, sobretudo no Brasil, quando em 1854, foi criada a primeira escola especial (Imperial Instituto de Meninos Cegos) por D. Pedro II, no Rio de Janeiro; e em 1857, o Instituto Imperial de Educação de Surdos - INES, também no Rio de Janeiro. Sob influência europeia, eles propagaram o modelo de escola residencial para todo o país.

No início do século XX é fundado o instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental. Em 1929, chega ao Brasil Helena Antipoff, grande pesquisadora e educadora de crianças deficientes. Ela foi pioneira na introdução da educação no Brasil.

Em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, uma Instituição Privada que busca atender às necessidades da educação especial pública. Por volta de 1961, o atendimento educacional às pessoas portadoras de deficiência fundamenta-se na LDB 4024/61 e aponta o direito dos “excepcionais” à educação do sistema geral de ensino.

Logo mais, a lei 5.692/71, altera a LDBEN de 1961 ao definir “tratamento especial”. Esta lei reforça o atendimento dos alunos em escolas especiais. A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e outras discriminações”. Define-se a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. Nesse âmbito, em 1994, a declaração de Salamanca, que diz respeito aos princípios, políticas e práticas na área das necessidades Educativas Especiais, trata da inclusão de jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema de ensino.

Em 1999, temos o Decreto que regulamenta a Lei nº 7.853/89 e define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial regular. No ano de 2001, o PNE estabelece em seus objetivos e metas a educação de estudantes com necessidades especiais em classes comuns. Somente após este período é que os estudantes especiais começaram a estudar em escolas comuns.

Dando continuidade ao grande avanço no âmbito da Educação especial, em 2002 a lei 10.436/2002 reconhece a LÍBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como língua oficial no país, juntamente com a Língua Portuguesa. Em 2003, é implantado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vista a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo o acesso de todos à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

No ano de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, dentre outros. A partir de 2008, o número de matrículas de crianças com necessidades especiais em classes comuns é superado pelo número de matriculados em classes especiais.

Em 2009, são instituídas as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial e apresentam o AEE – como um “serviço” da Educação Especial assegurado na legislação brasileira através da Constituição de 1988.

Em 2011, foi instituído, através do decreto 7.612/2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Em seguida, é criada a lei 13.146, de 06/07/2015, que compreende a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Considerando o breve percurso histórico da Educação Especial, percebemos que a educação de pessoas com deficiência nasceu de forma solitária, segregada e excludente. Foram lutas travadas no intuito de ser assegurado em lei o que já deveria ser por direito, um tratamento seguindo o princípio da igualdade, pois o fato de alguém necessitar de cuidados especiais não a torna diferente, é uma pessoa capaz de desenvolver habilidades iguais às demais, basta para isso ser estimulada para tal propósito.

Em 2016, pela primeira vez o Brasil sediou os jogos paraolímpicos, conquistando o sétimo lugar no quadro de medalhas, este é mais um dos fatos que vem corroborar que as pessoas especiais têm condições de exercer a participação plena diante da sociedade em igualdade de condições.

2.1 A Educação inclusiva e a formação docente

Tendo a educação inclusiva como um processo em que todos, sobretudo as pessoas com deficiências, possam aprender a viver com as diferenças, percebemos grandes avanços neste âmbito a partir do ano de 2001, quando metas foram estabelecidas e leis aprovadas, assegurando o acesso de estudantes com necessidades especiais a classes comuns de ensino.

Assim compreendemos que a escola deve ser um ambiente que reflita a sociedade como ela é, pois, como evidencia Favero (2007, p.17), “[...] é direito de toda criança, mesmo que apresente características muito diferentes da maioria, conviver com sua geração, sendo que o espaço privilegiado para que isso ocorra é a escola”.

Nesse sentido, vemos a importância da frequência a um mesmo ambiente de alunos com ou sem deficiência, assim como o desenvolvimento de um trabalho pautado na inclusão no sentido de incluir, com mecanismos e materiais capazes de subsidiar as atividades do dia a dia de sala de aula, com alunos que também necessitem de cuidados especiais, fazendo uso de tecnologias assistivas, dentre outros; indo além da adaptação do ambiente escolar, e aceitação de matrículas de pessoas deficientes, mas integrando-os realmente ao ambiente escolar com

acessibilidade, pois infelizmente a maioria das escolas ainda está longe de se tornar inclusiva. O que existe, em geral, são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial.

Desse modo, temos o Atendimento Educacional Especializado como um apoio e complemento ao trabalho desenvolvido na sala de aula comum, destinado a oferecer aquilo que há de específico na formação de um aluno com deficiência. Como afirma Favero:

A tendência atual é que o trabalho da Educação Especial garanta a todos os alunos com deficiência o acesso à escola comum, removendo barreiras que impedem a frequência desses alunos às turmas comuns do ensino regular. A Educação Especial é uma modalidade de ensino perpassa, como complemento ou suplemento, todas as etapas e os níveis de ensino básico e superior. (2007, p. 28-29).

Nesse contexto, podemos perceber que a inclusão vem para quebrar barreiras da segregação social e mostrar que, independentemente de suas particularidades, todos são iguais e capazes de superar suas limitações, estimulando todo o tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo.

No âmbito da educação inclusiva e atendimento de pessoas que necessitem de cuidados especiais em sala de aula regular, é comum encontrar professores que encaram tais fatores como um abalo para a sua identidade, gerando insegurança e sentimento de despreparo. Esses são os principais sentimentos despertados, a que dá início à busca por conhecimentos teóricos capazes de auxiliá-los. Tal atitude é importante, pois devemos estar em constante busca por conhecimento, mas de nada adianta a teoria sem a prática, uma vez que é por meio desta última que o docente vai poder entender e trabalhar cada especificidade, levando o aluno a se adaptar ao novo conhecimento.

Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma. (MANTOAN, 2013, p.35).

É seguindo este pensamento que acreditamos ser a educação inclusiva uma escola aberta às diferenças e capaz de ensinar a todos sem discriminação, possibilitando a integração com as demais crianças, bem como um aprendizado mútuo. Para isso, surge a necessidade de rever nossas práticas educativas, buscando maneiras de nos preparar profissionalmente para o desafio do professor de sala comum trabalhar com alunos especiais sem agir de forma

excludente, pois em sua maioria são salas de aula lotadas de alunos com comportamentos e especificidades particulares. Elementos como estes, vêm pondo cada vez mais em evidência a precisão de promover a transformação das escolas, na perspectiva de uma abertura incondicional às diferenças e de um ensino de qualidade.

A formação do professor resulta de circunstâncias vivenciadas ao longo de sua trajetória, tendo influência direta com o contexto em que ele se encontra, considerando suas relações sociais, culturais e profissionais. Assim, Freire, nesse sentido, ressalta que “[...] formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas” (1996, p.15), é também possibilitar novas práticas pedagógicas em relação a uma reflexão que promove o redimensionamento das práticas atuais. A profissão docente vai muito além de um conhecimento acadêmico ou transformação do conhecimento comum do aluno, a profissão exerce funções de motivar, promover a inclusão, participação e, entre estes, ultrapassar os muros do conhecimento.

2.2 Metodologia

Buscando atingir os objetivos propostos para esta pesquisa, o presente trabalho está pautado na investigação a respeito do desafio do professor de sala comum com alunos especiais, de forma a atingir a maior veracidade possível no processo de conhecimento da problemática a ser estudada.

Para tanto, a pesquisa aconteceu em 02(duas) escolas da rede municipal de ensino da cidade de Sousa – PB, com 04(quatro) professoras que possuem, em meio a seu alunado, crianças com necessidades especiais. Nesta pesquisa tivemos como procedimento, a abordagem direta-qualitativa, ao irmos a campo, onde consiste o levantamento de dados e observações dos fatos favoráveis a nossa pesquisa. Assim, “a pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente” (RIBAS E FONSECA, 2008, p.6).

Para a obtenção dos dados da pesquisa, utilizamos instrumentos que nos serviram de apoio para captar as informações dos nossos colaboradores. Para isso, foram utilizados dois instrumentos: questionários e observações de aulas. O que corrobora para o seu caráter dedutivo, pois partimos do geral para a compreensão de questões locais.

O nosso trabalho se enquadra em uma pesquisa com enfoque descritivo-interpretativo. Segundo Silva & Menezes (2000, p.21), “a pesquisa descritiva visa descrever as

características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Para a realização desta pesquisa, procuramos dividi-la em três fases. A 1ª fase corresponde à realização de observações das aulas; a 2ª fase compreende a aplicação de questionário composto de 08 (oito) questões abertas, a 04 (quatro) professoras de sala comum de escolas diferentes; a 3ª fase corresponde à interpretação e análise dos dados.

Vale salientar que os dados coletados serão mantidos em sigilo, de modo que os envolvidos não possam ser identificados. Para isso, utilizaremos pseudônimos como: Ametista, Jade, Rubi e Safira.

2.3 Resultados

Diante da importância da inclusão de alunos com deficiência na escola pública e a oportunidade do convívio com colegas sem deficiência, fazendo com que se percebam indivíduos capazes de desenvolver suas dimensões social, psíquica, biológica e laboral, bem como a formação continuada de professores no processo de inclusão escolar, fomos a campo por meio de observações e aplicação de questionário com vistas a analisar, compreender e refletir sobre a temática por ora aqui discutida.

Foram visitadas 02(duas) escolas e realizado o questionário com 04 (quatro) professoras que têm em meio a seus discentes alunos com necessidades especiais; as deficiências por estes apresentados são: Baixa visão; Deficiência intelectual (mental); Síndrome de Down; Transtorno mental; Síndrome de Williams; Mudo e surdo. Todos estes diagnósticos foram apresentados por laudo médicos, uma vez que, ainda que o professor detenha o conhecimento de reconhecer e procurar desenvolver atividades em torno de estimular as habilidades de acordo com as especificidades de cada um, ele jamais poderá afirmar por meio de um diagnóstico precoce a necessidade especial de nenhum aluno.

O aumento do número de crianças deficientes na educação infantil faz parte no movimento mundial pela inclusão. Mas se a política de inclusão educacional traz benefícios para todos, também lança novos desafios para instituições, professores e sociedade. (BIAGGIO, 2007, p. 19).

Em observações, encontramos alunos com/sem deficiência em salas de aula comum e um único professor; percebemos na docência deste a preocupação em incluir todos os alunos nas atividades de sala de aula propondo atividades diferenciadas/adaptadas. No entanto, há

momentos que, diante da indisciplina dos demais, os que necessitam de cuidados especiais infelizmente ficam um pouco à margem da inclusão.

Nesse sentido, questionamos aos professores qual a sua primeira reação ao saber que iria receber em sua sala de aula regular alunos com necessidades especiais. Obtivemos como respostas:

Ametista: *Foi normal, pois já havia trabalhado anteriormente numa escola inclusiva.*

Jade: *Um desafio a ser cumprido.*

Rubi: *Fiquei preocupada, se saberia ministrar a situação, a primeira reação foi buscar se informar, pesquisar sobre o assunto para entender e depois encontrar mecanismos que ajudasse no dia a dia da sala de aula.*

Safira: *De muita dificuldade, pois não me sinto capacitada para lidar com o mesmo.*

Dessa forma, percebemos que das 04 (quatro) professoras pesquisadas, apenas uma, em virtude de sua experiência, considerou a situação abordada como normal; quanto às demais, encararam como um desafio, pois assim como em vários outros aspectos, o “novo” causa estranhamento, mas tal posicionamento é algo que vem perdurando historicamente, como coloca, Biaggio (2007):

Historicamente, o atendimento educacional a crianças com deficiência era realizado apenas em escolas especiais, fato que trouxe consequências negativas e segregacionistas, pois se imaginava que elas eram incapazes de conviver com crianças sem deficiência. (p. 21).

Felizmente pensamentos como estes vêm cada dia mais sendo desmistificados, pois as crianças que necessitem de cuidados especiais têm por direito o seu lugar garantido na sala de aula comum, para que assim possam aprender juntos. Destacamos, ainda na fala das professoras, a conscientização da busca pelo conhecimento para entender as especificidades, bem como a necessidade de uma maior formação para atender a estes alunos, pois o ato de ensinar envolve várias exigências, como afirma Imbernón (2004, p.14):

O contexto em que trabalha o magistério tornou-se complexo e diversificado. Hoje, a profissão já não é mais a transmissão do conhecimento acadêmico ou a transformação do conhecimento comum do aluno em um conhecimento acadêmico. A profissão exerce outras funções; motivação, luta contra a exclusão social, participação, animação de grupos, relação com estruturas sociais, com a comunidade. E é claro que tudo isso requer uma nova formação inicial e permanente.

Na sequência, sobre o tempo de docência com alunos especiais em sala comum tivemos como respostas:

Ametista: *Há quase 20 anos.*

Jade: *Há quase 02 anos.*

Rubi: *Um ano*

Safira: *10 anos, sendo a cada ano com deficiências diferentes, alternadas.*

Assim, observamos que alguns já estão atendendo, em sua sala regular, alunos especiais, há um bom tempo, mesmo assim a preocupação e o desafio são constantes, pois ao mesmo tempo em que atendem a determinado aluno, há a necessidade de controlar a indisciplina e entender cada deficiência para saber qual a reação é proveniente de cada uma, o que é influência dos medicamentos, da família, dentre outros.

Com relação à opinião dos pesquisados sobre a inclusão e socialização de crianças especiais em sala comum, as respostas foram:

Ametista: *É muito importante, tendo em vista que os profissionais envolvidos ainda necessitam de capacitação e preparação.*

Jade: *Que a inclusão existe, eles se socializam com as outras crianças, mas que não acontece de forma correta.*

Rubi: *Vejo como uma ação positiva, não só para criança especial, mas também para os demais que têm a oportunidade de conviver e aprender com o diferente. Mas reconheço que não é fácil, mas com amor, dedicação e assiduidade, podemos colher bons resultados.*

Safira: *O correto mesmo é a inclusão e socialização dessas crianças, mas precisa de mais capacitação para nós profissionais.*

Nesse sentido, percebemos que os participantes da pesquisa compreendem a inclusão como uma forma de socialização das crianças que necessitem de cuidados especiais com outras crianças, sendo esta convivência de fundamental importância para a aprendizagem de ambas. Reconhecem ainda que promover a inclusão não é fácil, mas possível, bem como a necessidade de uma capacitação e preparação para os profissionais.

Sobre as principais dificuldades do professor de sala comum em promover a inclusão, as respostas colhidas foram:

Ametista: *Assistência da equipe multifuncional; parceria escola/família; preconceito.*

Jade: *Acredito que a principal dificuldade é a nossa falta de capacitação para lidar com crianças especiais.*

Rubi: *O conhecimento, a compreensão e aceitação dos envolvidos, ou seja, as pessoas ditas normais ainda resistem a oportunidade de conhecer e a prender com essas pessoas, evitando o contato das crianças.*

Safira: *A principal dificuldade que enfrento é a questão do multisseriado que faz com que o tempo seja menor ainda.*

Diante de tais questionamentos, temos aspectos como parceria entre escola/família e preconceito, sendo este último abordado por Ametista e Rubi, uma das principais barreiras a se vencer, sobretudo no que se refere a pessoas com necessidades especiais, pois existem casos que a família não quer aceitar e se recusa a procurar um acompanhamento especializado; há também casos entre as próprias crianças, que por influência externa, tendem a bloquear a interação com o colega, por ele ser “diferente”. Daí a importância da parceria entre família e escola, para ambas juntas ajudarem a construir uma sociedade sem preconceito e distinções, pois como diz Piaget:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva pois muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p.50)

Notamos, ainda, que a preocupação com a falta de capacitação também perdura nas respostas sobre o desafio do professor de sala comum com alunos que necessitem de cuidados especiais; outro fator preocupante que, sem dúvida, corrobora para o desafio e dificuldades é o multitarefas, pois o professor além de desenvolver um trabalho em atender aos alunos com e sem deficiência, adaptando atividades dentre outros mecanismos capazes de promover uma aprendizagem significativa, ainda tem que lidar com várias turmas em um mesmo ambiente.

Sabemos que a logística do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem não deve ser pautado apenas na figura do professor, por isso buscamos compreender o que os nossos informantes consideram que a comunidade escolar tem feito para promover a inclusão de pessoas com necessidades especiais. As respostas foram:

Ametista: *Mesmo diante das dificuldades a escola tem melhorado nesse sentido, buscando ampliar este atendimento, criando salas de AEE – Atendimento Educacional Especializado.*

Jade: *A comunidade escolar acolhe, socializa da melhor maneira possível.*

Rubi: *Muito pouco, acredito que poderia ser feito mais, sabe-se que é um processo e que dependemos muito do interesse e da vontade dos envolvidos.*

Safira: *A comunidade escolar tem tentado sim ajudar a inclusão, na maneira possível.*

Aqui, partindo do princípio de que a comunidade escolar é o conjunto das pessoas envolvidas diretamente no processo educativo da escola e responsáveis pelo seu êxito, ou seja, professores, alunos, outros profissionais da escola e pais ou responsáveis pelos alunos e

assim, mediante as respostas obtidas, percebemos de forma bastante positiva, que apesar de ser ainda de forma gradativa, a escola tem melhorado no atendimento às crianças com necessidades especiais, ajudando na socialização e inclusão, ampliando este atendimento, criando salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Sobre o incentivo pedagógico proposto a professores de sala regular de ensino, com relação ao atendimento de crianças com necessidades especiais, temos, de acordo com os informantes da pesquisa:

Ametista: *A princípio precisamos de um olhar diferenciado e buscar qualificação na área para tentar contribuir de forma positiva na aprendizagem.*

Jade: *É dado o incentivo de dedicar-se as crianças especiais, mas não é dado o apoio necessário para que isso ocorra de fato.*

Ruth: *Hoje já existe um pouco de atenção, podemos contar com uma equipe multidisciplinar que solicitada tenta orientar e sugerir ações que ajuda no desenvolvimento, socialização e aprendizado das crianças e no desempenho do professor.*

Safira: *Durante todos esses anos trabalhando com crianças com necessidades especiais pouco foi dado incentivo pedagógico, só este ano está começando a ser proposto “uma” equipe multidisciplinar para a rede toda do município.*

Nossos informantes são pessoas que já têm uma significativa experiência em trabalhar com alunos que necessitam de cuidados especiais, experiências essas adquiridas com a prática, o que lhes dá a propriedade de falar sobre o incentivo que é dispensado ao professor na promoção de uma educação inclusiva significativa. No entanto, apesar de muito tempo, cerca de 10/20 anos, é que vem ser despertado um olhar para estes profissionais, mesmo sendo apenas uma equipe para todo o município, ainda podemos considerar um avanço significativo, pois antes de tentar promover a educação inclusiva, torna-se necessário dar um apoio pedagógico, qualificar e orientar os professores.

Com relação ao apontamento de sugestões no atendimento e trabalho desenvolvido com as crianças que necessitem de cuidados especiais, os professores apontaram:

Ametista: *Abraçar a causa e acreditar que elas são capazes de aprender e se desenvolver dentro de suas limitações.*

Jade: *Atividades lúdicas, movimentos corporais, danças para trabalhar com as crianças e para que o atendimento não fique defasado, temos que ter conhecimentos sobre como aplicá-los, levando em conta cada tipo de necessidade que iremos encontrar.*

Rubi: *O professor necessita da ajuda não só dos profissionais para entender e desenvolver boas ações, mas da dedicação e participação das famílias no acompanhamento das crianças aos atendimentos sempre que*

necessário. É um trabalho que exige dedicação e assiduidade para que consiga obter resultados desejados.

Safira: *Mais assistência, monitores, cuidadores, mais capacitações e atendimentos as famílias também, pois existe uma resistência das famílias.*

Diante de tais respostas, obtivemos louváveis sugestões, capazes de envolver o aluno no convívio da sala de aula, trabalhando não apenas em cima das suas dificuldades, mas sim das suas potencialidades, compreendendo que cada aluno tem suas especificidades, sendo capazes de se desenvolver dentro das suas limitações. Observamos, ainda, a necessidade de uma assistência auxiliar em sala de aula. Mais uma vez, capacitação e motivação dos professores, bem como a dedicação e resistência da família foram elementos abordados, o que nos leva a acreditar que, além do cuidado especial com as crianças, considerar a necessidade de quebrar as barreiras impostas pela família e conscientizá-la da importância de realizar parceria com a escola, bem como buscar alternativas e seguir as orientações dos profissionais especializados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos relacionados ao atendimento educacional especializado, educação inclusiva e o professor de sala comum, estabelecemos como objetivo principal, para este trabalho, a investigação sobre o desafio dos professores de sala comum com alunos especiais, bem como o apoio a eles atribuído, na perspectiva da educação inclusiva.

Assim, tratamos o trabalho do professor de sala comum com alunos que necessitam de cuidados especiais, pois o professor lida constantemente com salas de aula lotadas de alunos com comportamentos e especificidades particulares; mediante isso, nos deparamos com mais este desafio enfrentado pelo professor, pois, infelizmente, não são todos que conseguem atingir seus objetivos de forma satisfatória ao promover a inclusão, desenvolvendo atividades que atendam ao aluno que necessite de atendimento especial e os demais, em um mesmo espaço e tempo.

É certo que hoje existe o Atendimento Educacional Especializado para atender, como o próprio nome diz, cada especificidade de forma especializada, mas o professor de sala comum não pode, em hipótese alguma, deixar esse aluno à margem do contexto da sala de aula e do que nele é desenvolvido.

Nessa perspectiva, observamos a necessidade de maiores cuidados e preparação do professor de sala comum, tanto no preparo pedagógico de suas atividades, quanto na sua prática diária e, ainda, com um maior apoio da família e de todos que fazem a escola, desenvolvendo assim um trabalho de forma interacionista.

Portanto, observamos, por meio do processo educacional de ensino, que a educação inclusiva vai mais além, do que apenas aceitar o aluno que necessite de cuidados especiais na escola, mas, sim, promover ações inclusivas, bem como dar respaldo ao professor de sala regular compreendendo seus desafios.

REFERÊNCIAS

BIAGGIO, R. A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**. Nº 44 novembro/2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Imprensa Oficial, 2015.

FÁVERO, E.A.G; PANTOJA, L.M.P; MONTAAN, M.T. E. **Aspectos legais e orientação pedagógica**. São Paulo: MEC/SEESP, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção leitura.

IMBERNÓN, F. **Formação Docente e Profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação**. Rio de Janeiro. José Olímpio, 2007.

RIBAS. C. C. C e FONSECA. R. C. V **Manual de metodologia**. Opet. Curitiba, 2008.

SILVA, E. L. e MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000.